adufpel
SSIND. DO ANDES-SN

# VOZ DOCENTE

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

JORNAL DA ADUFPeL . SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN . PELOTAS . EDIÇÃO 11/2018

## Impactos da mineração podem causar devastação de comunidades e de ecossistema

Milhares de comunidades brasileiras já sofrem as consequências ambientais e sociais geradas pelas mineradoras. As desonerações fiscais, além da negligência com os estudos de impacto ambiental ampliam o potencial devastador da atividade mineradora. Página 5

**Outros destaques:**

**Dia de Luta**

No dia 5 de dezembro, docentes aderiram ao Dia de Luta. Além de Audiência Pública para discutir o tema da educação, houve exibição do documentário Escola Sem Censura. ina 3

**EaD**

O Ensino a Distância (EaD) cresce cada vez mais no Brasil e implica na precarização de professoras/es e no encolhimento do ensino presencial.

Página 6

Editorial

## São Salvo e Forte...

Na velocidade da passagem deste nosso tempo, os fatos se sucedem de modo alucinante, até por vezes, nos permitindo neste sentido parafrasear o poeta dizendo que no ano passado eu vivi e lutei, mas esse ano serei ainda mais resistente na luta. Do ano passado trazemos todo processo que vivenciamos enfrentando todas as ações do governo que em nome do capital, e seu lucro, visavam atingir os trabalhadores em seus direitos sociais e mesmo de trabalho.

Atuamos para manter universidades e institutos federais enquanto instituições que buscam em suas práticas manter a indissociabilidade do ensino da pesquisa e da extensão, mesmo quando confrontados com medidas que, embora em diferentes formas, visam um controle maior no trabalho docente, dando ênfase às atividades de ensino. O que significa, em nossa visão, estabelecer uma nova caracterização destas de maneira a aproximá-las das necessidades do mercado. Atuamos para alcançar o financiamento público suficiente para manter as atividades com base no tripé. Associado a isso, buscamos a revogação da Emenda Constitucional 95, aquela que congela por 20 anos os ditos gastos com políticas sociais, onde estão incluídas, por exemplo, a educação e a saúde. Atuamos de maneira mais forte contra as diversas formas de perseguição e cerceamento da liberdade na medida em que estas se fizeram mais presentes e próximas de nossos ambientes de trabalho.

Estivemos juntos do movimento sindical nos embates pela revogação da lei de terceirizações, da reforma das leis trabalhistas, e nosso dizer na luta hoje já se mostra na prática, na medida em que cada vez mais a precarização das relações e das condições de trabalho passa a ser a base nas discussões com o capital, o desemprego o subemprego o desalento mostram-se como resultados efetivos deste processo dito de modernização pelos seus defensores. Pela força coletiva conseguimos barrar por hora a tramitação da reforma da previdência, que visa ao mesmo tempo abrir espaço maior para a ampliação do setor de previdência privada, principalmente no serviço de saúde, e praticamente impedir a aposentadoria dos trabalhadores.

Ainda juntos, com o movimento sindical mais os movimentos sociais, lutamos pela cidadania as diferentes identidades que compõem nossa sociedade. Neste sentido estivemos contra a discriminação por gênero, por orientação sexual, por etnia e classe. Estivemos juntos quando as manifestações de expressão da necessidade de um governo autoritário militar e fundamentalista, principalmente no que diz respeito aos costumes, começaram a ser naturalizadas e já praticadas pelos seus propagadores. Lutamos e por mais um ano nos fizemos fortes e continuamos vivendo.

Este ano continuaremos nossa andança e nossa luta. Sem abrir mão das defesas que fazemos até então, tendo presente uma nova realidade, o enfrentamento que até então era realizado contra o centro se coloca agora à extrema direita. Esta se apresenta com sua intenção de privatizar a rede federal de educação, com extinção de cursos considerados desnecessários ao Estado e que, portanto, não devem ser financiados pelo público, com pagamento de mensalidades pelos discentes, com desvalorização salarial dos docentes, com o aumento da modalidade de educação a distância mesmo nos cursos presenciais. Também é intenção do grupo que se assenta no poder continuar atacando os direitos sociais e neste sentido as leis trabalhistas ainda são vistas como algo que dificulta a vida do patrão e, portanto, deverão sofrer mais modificações com características de desfavorecimento dos trabalhadores trazendo consigo uma força ainda maior em busca da reforma da previdência. Continuaremos lutando pela cidadania plena de mulheres, negros, comunidade LGBTT. Continuaremos atentos em nossa autonomia externa e democracia interna, com a certeza que temos de dar conta de nossas particularidades enquanto categoria, mas entendendo que as lutas gerais fazem parte de nosso contexto. Continuaremos lutando, fortalecendo a luta coletiva levada pelos movimentos sindical e social. Continuaremos lutando, segurando sem largar a mão de ninguém.

Mural

# Expediente ADUFPel-SSind

## Turno Único
## 02/01 a 28/02
## 8h às 14h

**Atendimento Jurídico:**

**Direito Administrativo:** todas as quintas-feiras, das 9h às 10h.

**Direito Cível:** todas as quartas-feiras, das 10h30 às 11h30.

adufpel SSIND. DO ANDES-SN

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS

### Jornal Voz Docente no período de recesso

Em virtude do recesso acadêmico, a edição 11/2018 do jornal Voz Docente não será impressa. A divulgação acontecerá apenas via site, rede social e envio por correio eletrônico. Retornamos com a edição impressa no início de março.

### AGENDA

| | |
|---|---|
| 28/1 a 2/2 | 38º Congresso do ANDES-SN, em Belém (PA) |


## EXPEDIENTE

**Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . DISTRIBUIÇÃO GRATUITA . Gráfica: Diário Popular**
**Tiragem: 800 exemplares**

**Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Liana Coll (MTB 0017486/RS) Diagramação: Liana Coll Fotografias: Acervo e Assessoria ADUFPel**

**Presidenta:** Fabiane Tejada da Silveira **. Primeiro Vice-Presidente:** Renato Fabrício de Andrade Waldemarin . **Segunda Vice-Presidenta:** Rejane Barreto Jardim . **Secretário Geral:** José Carlos Marques Volcato . **Primeira Secretária:** Ariane Ferreira Porto Rosa. **Segundo Secretário:** Francisco Carlos Duarte Vitória . **Primeiro Tesoureiro:** Luiz Carlos Rigo **. Segunda Tesoureira:** Ana Lúcia Costa de Oliveira . **Terceiro Tesoureiro:** Luiz Henrique Schuch

**CONTATOS . Site:** adufpel.org.br . **Email:** secretaria@adufpel.org.br . **Facebook:** /adufpel . **Endereço:** Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . **Cep:** 96015-190 .
**Telefone:** (53) 3227.2360 **Colaborações e sugestões para o jornal:** imprensa@adufpel.org.br

**ATENDIMENTO EXTERNO** . Das 8h às 18h sem fechar ao meio dia. **ATENDIMENTO JURÍDICO** . Direito Administrativo: Todas as quintas-feiras, das 9h às 10h/Direito Cível: Todas as quartas-feiras, das 10h30 às 11h30, sem agendamento prévio. Outros dias da semana no escritório Chapper & Cavada, com agendamento prévio pelo telefone (53) 3225.8647

# Em Dia de Luta, servidores públicos defendem democracia e educação

Docentes da UFPel e do IFSul - Campus CAVG aderiram ao Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública no dia 5 de dezembro. Assim como no restante do país, em Pelotas os servidores públicos mobilizaram-se contra os ataques à educação pública, ao funcionalismo e à democracia. No começo da tarde, os professores participaram de Audiência Pública na Câmara Municipal e, logo após, realizaram debates sobre o projeto Escola Sem Partido em algumas unidades da Universidade.

Em Audiência Pública, foram abordados temas como a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio, democracia e liberdade de cátedra. A atividade foi organizada pela ADUFPel-SSind, Sinasefe IFSul, ASUFPel-Sindicato e CPERS, e convocada pelos vereadores Fernanda Miranda (PSOL), Marcus Cunha (PDT), Antônio Peres (PSB) e Ivan Duarte (PT).

## Busca por unidade

O reitor da UFPel, Pedro Hallal, deu início às falas e ressaltou que, diante do cenário atual, marcado por incertezas em relação à educação, é necessária unidade para os enfrentamentos que virão. Hallal elencou cinco temas que fazem parte da pauta de enfrentamentos dos reitores: o projeto Escola Sem Partido, os ataques ao processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, à gratuidade da educação, à assistência estudantil e o fortalecimento do campo conservador no país.

A busca por unidade dos trabalhadores em prol de uma sociedade democrática, justa e igualitária também foi defendida pelos demais presentes, incluindo a presidenta da ADUFPel-SSind, Fabiane Tejada. Ao concordar com as palavras do reitor da UFPel, afirmou que "o campo progressista precisa se unir naquilo que converge. A gente precisa saber que convergência é essa e lutar pela democracia, pelas nossas liberdades, para que o povo brasileiro não retroceda na sua capacidade de poder ser e se expressar a partir de suas culturas e seus desejos em todos os aspectos da vida". Segundo ela, a Audiência foi um importante espaço de debates para enfrentar as mudanças que estão por vir no próximo ano.

## Democracia e liberdade

A professora da UFPel, Patrícia Cunha, que atua na área da Ciência Política, abordou democracia, liberdade de cátedra, projeto Escola Sem Partido e políticas públicas. Cunha começou falando sobre retrocesso, palavra que, segundo ela, estamos vivenciando no país hoje. "O Brasil vem construindo a duras penas o seu modelo democrático. Há 30 anos, a educação é o pilar fundamental nesse processo de construção da democracia, e falar em democracia significa falar na promoção de liberdades e de igualdades. Esses são os princípios democráticos", disse.

Para ela, a inclusão da população nas escolas é fundamental para a construção da democracia, e para garantir um país democrático, antes deve-se garantir a pluralidade de pensamento e de ideias. Sobre o Escola Sem Partido, a docente falou que o Projeto de Lei contém uma visão equivocada de que o professor é livre para fazer o que quiser em sala de aula."(...)E é uma outra ideia , de achar que o professor em sala de aula pode fazer tudo. Não pode. Existe uma instituição. Ele está dentro de uma escola, ele está dentro de uma universidade e isso significa que ele tem programas, ementas, um corpo de colegiado que o fiscaliza, que o controla. (...) Essa liberdade de achar que o professor chega lá e faz o que quer não existe no Brasil".

O vice-presidente da ADUFPel-SSind, Renato Waldemarin, que também compôs a mesa de discussão, abordou a visão de sociedade e universidade defendida pelo ANDES-SN e pela ADUFPel: uma sociedade inclusiva que possa discutir os seus problemas e preparar a população brasileira para resolvê-los, e que também ofereça serviços de qualidade a toda população. O docente defendeu uma democracia em que as pessoas possam ser ouvidas e representadas, na qual os processos decisórios passem pelas mãos da população.

BNCC e Reforma do Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio foram temas abordados pelo professor do IFSul, Jair Araújo. Ao contextualizar a Reforma do Ensino Médio, Araújo criticou a forma como a mídia trata o tema, colocando o ensino brasileiro como precário e insuficiente e, dessa forma, contribuindo para a criação de um senso comum negativo ao ensino público. Sobre a BNCC do Ensino Médio - recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e que prevê mudanças para o conteúdo mínimo ensinado em sala de aula - Araújo criticou seu processo de construção, afirmando ser controverso. Ele explicou que, ao contrário do que argumentam as pessoas que a defendem, a Base irá descontextualizar o currículo, sem levar em conta as diferenças culturais e regionais da população, além de retirar a autonomia do professor.

## Debates nas unidades

Ao final do dia, os docentes participaram de cine-debate sobre o projeto Escola Sem Partido, no qual foi exibido o documentário Escola Sem Censura, produzido pelos professores Ricardo Severo e Rodrigo Estrada. O documentário, que aborda o PL 7180/14, inclui depoimentos de professores perseguidos e de que forma a educação é afetada pelo projeto ultraconservador da extrema direita brasileira. O filme foi exibido na Faculdade de Educação (FAE) e no Centro de Artes da UFPel, com a presença dos diretores do documentário, integrantes do Conselho de Representantes e diretoria da ADUFPel-SSind, que realizaram debates após a apresentação.

# Aldyr Schlee deixa legado vasto para a militância e para a literatura

Foto: Junior Lago/UOL

No mês de novembro, morreu o escritor, jornalista, tradutor, desenhista e professor universitário Aldyr Schlee, aos 83 anos. Schlee, que foi docente na UFPel por 30 anos, na área do direito internacional, também foi diretor na terceira diretoria ADUFPel-SSind, que tomou posse em 1983.

O professor Schlee, natural de Jaguarão (RS), também esteve na assembleia de fundação da ADUFPel-SSind, em 1979, à época ainda configurada juridicamente como associação, já que a ditadura não permitia a criação de sindicatos.

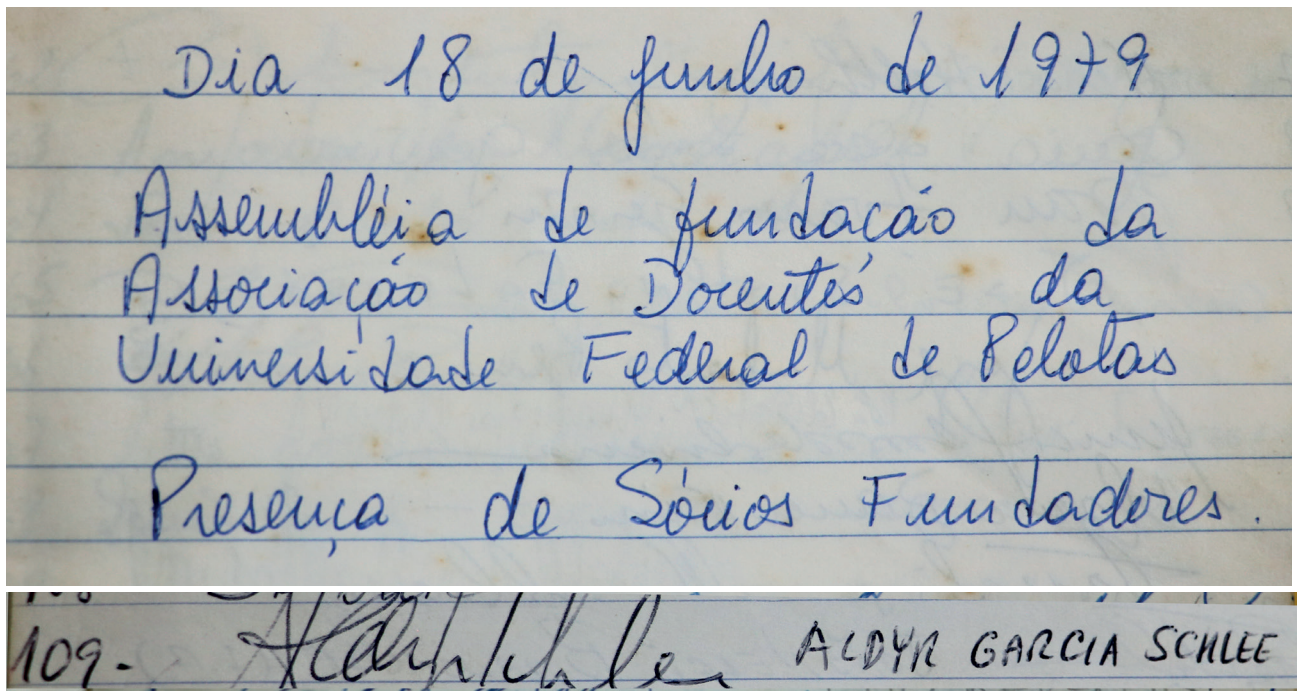
**Legado de Aldyr Schlee**

Aldyr Schlee escreveu e traduziu mais de 30 livros e foi vencedor, por cinco vezes, do Prêmio Açorianos. Além de professor de Direito, atuou como jornalista, no jornal Última Hora, e venceu um Prêmio Esso de jornalismo. Schlee, ainda, ficou conhecido por ter vencido o concurso que definiu o novo uniforme da Seleção Brasileira, em 1954. Apesar disso, buscou afastar-se dessa associação. Nos últimos anos, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, contestou o uso das camisetas em manifestações favoráveis impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, as quais também se diziam com caráter anticorrupção, afirmando que a própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é uma entidade corrupta.

Como escritor, Schlee produziu diversos contos, ambientados no pampa gaúcho, na fronteira com o Uruguai e no próprio país uruguaio, com o qual possuía uma estreita ligação. Algumas de suas obras, ainda, retrataram, de forma crítica, a ditadura brasileira, da qual ele mesmo foi preso político por ser militante de esquerda. Na época, ele era professor de Direito na Universidade Católica de Pelotas, de onde foi expulso. Durante a prisão, os militares apreenderam as três cópias da tese de Aldyr, que estava prestes a defendê-la, e por isso, na ocasião, foi impedido realizar o doutoramento.

A inspiração pela obras de Schlee também chegou a transformar uma delas em filme. O livro "O Dia em que o Papa foi a Melo", de 1991, motivou o filme "O Banheiro do Papa", vencedor do prêmio de Melhor Filme pelo juri popular e pela crítica no Festival de Gramado de 2007. O filme retrata a preparação de uma pequena comunidade no interior do Uruguai, em Melo, para a chegada do Papa, que é frustrada.

Após a morte de Aldyr Schlee, além do grande legado deixado tanto pelas obras quanto pela atuação política, também serão lançados livros póstumos. Um deles é o Dicionário da Cultura Pampeana, com termos da região do pampa, no qual o escritor trabalhou durante 12 anos.




## Dica de filme: "Infiltrado na Klan"

A comédia "Infiltrado na Klan", do diretor Spike Lee, é baseada na história real de Ron Stallworth (interpretado pelo ator John David Washington), o primeiro policial negro a se infiltrar na Ku Klux Klan (KKK) - organização racista criada no final do século XIX, nos Estados Unidos. No anos 70, Ron, ao entrar para a polícia de Colorado, começa a enfrentar uma série de preconceitos dentro da própria instituição e refletir sobre a forma como os policiais tratam os negros. Para de destacar, decide iniciar uma investigação sobre a KKK através do contato com os seus líderes por telefone. No entanto, não pode comparecer às reuniões por ser negro e, em seu lugar, envia o parceiro Flip Zimmerman (Adam Driver), um homem branco, para assumir a sua identidade. Juntos, conseguem enganar todos os membros da organização, até o mais alto escalão. A partir de então, Flip começa a refletir sobre a sua origem judaica e o racismo, como não havia feito até então.

Foto: Divulgação

# O direito à vida colocado em xeque: ação da mineração causa degradação ambiental e social em comunidades

O pescador Dinarte, de São José do Norte (RS), preocupa-se com os impactos da mineração caso o empreendimento da Rio Grande Mineração (RGM) se consolide

Atualmente, mais de 2.500 municípios brasileiros têm impactos causados pela atividade de mineração. O levantamento, realizado pelo Movimento dos Atingidos pela Mineração, também aponta que a atividade mineradora prevista para a região Sul, a qual envolve desde a bacia do Rio Camaquã até a cidade de São José do Norte (RS), deverá causar um colapso ambiental. As comunidades mais afetadas, caso os empreendimentos se consolidem, são as tradicionais, que vivem de atividades como a pesca e a agricultura familiar. A corrida pela mineração no Rio Grande do Sul, que envolve cerca de 160 projetos de mineração somente na metade sul, não é uma novidade no Brasil. A atividade mineradora ocorre desde o processo de colonização, e desde então, é realizada com uma regulação precária, negligenciado as consequências ambientais e sociais geradas onde se instala. Diversas comunidades sofrem os impactos da degradação do ecossistema por uma atividade que, além de tudo, é contemplada por desonerações fiscais, gerando riquezas que se restringem aos grandes empresários.

## O caso Samarco

No ano de 2015, o Brasil sofreu o maior crime ambiental da história do país, quando a barragem de rejeitos da Samarco Mineração rompeu-se, no município de Mariana (MG), levando 62 milhões de metros cúbicos de lama por uma bacia hidrográfica que abrange 230 municípios. Ainda não é possível medir o real impacto do crime, mas as comunidades que vivem da pesca, três anos depois, ainda não puderem retornar às suas atividades de sustento, por conta da contaminação com os dejetos tóxicos da lama.

Na ilha de Campo Grande, em São Mateus (ES), por exemplo, os peixes praticamente desapareceram, conforme relato da pescadora Adenísia Sena, integrante do Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP).

A comunidade, segundo Sena, recebe um auxílio da mineradora como forma de indenização. No entanto, o montante não chega à metade do valor que alcançavam com a atividade da pesca. Além das perdas econômicas, a pescadora preocupa-se com a perda da identidade das/os pescadoras/es da região, afetados tanto no seu modo de subsistência como nos seus aspectos culturais. “Foram toneladas de lama passando pelo mangue, pela natureza, devastando tudo, tirando o pescado, tirando o amor, tirando o alimento dos filhos dos pescadores”, compartilhou.

## O caso da Ilha da Madeira (RJ)

Outra comunidade de pescadoras/es e agricultores que sofre os impactos da ação mineradora é a da Ilha da Madeira (RJ). O pescador e integrante da Associação de Pescadores e Lavradores da localidade expõe precoupação com o que ocorre na região, pois as mineradoras vêm burlando os processos de licenciamentos ambientais, além de estarem praticando doações como a de lanchas para órgãos públicos, ação que o preocupa pela possibilidade de uma aliança entre empresários e Estado que traz malefícios para a fiscalização das atividades desenvolvidas pelas grandes empresas.

Além da mineração, houve a construção de um porto de minério na região. Por isso, as águas e solos estão contaminados e também há um problema com o transporte da carga extraída, que levanta uma poeira tóxica, “O dia que o vento está para o mar, soprando para a serra, nós somos obrigados a fechar as nossas casas por causa dos minérios. A gente não sabe o quanto isso está fazendo mal aos nossos pulmões, aos nossos familiares”, diz Hiroshi.

## Mineração é debatida em evento do ANDES

Para aprofundar o debate sobre a ação da mineração, ocorreu, entre 13 e 15 de dezembro, o I Encontro sobre os Impactos da Mineração nos/as Pescadores/as Artesanais e o II Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração. O evento aconteceu em Rio Grande e foi promovido pelas seções sindicais da região sul, ADUFPel, Aprofurg e SEDUFSM, pelo Grupo de Trabalho em Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais (GTPAUA) do ANDES-SN e pela Secretaria Regional RS do Sindicato Nacional.

Durante os três dias, houve mesas-redondas e palestras com pescadoras/es, ativistas ambientais e pesquisadores ligados à temática. As/os presentes também realizaram articulação para o enfrentamento aos grandes empreendimentos de mineração na região Sul, que resultou na aprovação de uma carta. O documento foi consolidado durante a atividade de visita às comunidades potencialmente afetadas pelo projeto de mineração, em São José do Norte. Leia um trecho abaixo. O documento completo pode ser conferido em nosso site (adufpel.org.br)

### Carta de São José do Norte

•Considerando a intenção de mais de 160 projetos de mineração para a metade sul do Rio Grande do Sul, torna-se clara a necessidade de ampliação dos debates em âmbito político, social, jurídico e acadêmico sobre o tema em todo o território afetado;

•É necessário consultar as comunidades antes de formular os projetos de desenvolvimento para o território, superando a restrição dos debates apenas às audiências públicas. Para o setor da mineração, as decisões são restritas às instâncias políticas de alto escalão de modo exclusivamente vertical. Dessa forma, demarca-se a necessidade de consulta prévia, livre, bem informada, culturalmente adequada e de boa fé, conforme a OIT 169 e demais regramentos sobre povos tradicionais;

•As consultas, restritas ao licenciamento ambiental, apresentam profunda carência de informações compreensíveis para as comunidades, pelo desrespeito à linguagem e tempo necessário para elas terem clareza sobre os reais impactos. Além disso, não são viabilizadas as condições para comparecimento e efetiva participação popular nos debates;

•Há profunda fragilidade dos estudos ambientais, no âmbito do licenciamento ambiental, que não apresentam com clareza (ou sequer apresentam) planos de recuperação de áreas degradadas, ou mesmo a recuperação das estruturas sociais impactadas. Aliás, os impactos sociais são profundamente negligenciados, restritos a indicadores de aumento de PIB e geração de empregos, desconsiderando os constrangimentos e desqualificação dos modos de vida, bem como alterações na cadeia produtiva de atividades locais;

•Por fim, tendo em vista a unanimidade de posicionamentos contrários à mineração em São José do Norte, Lavras do Sul e Caçapava do Sul, faz-se necessária a revisão imediata dos processos de licenciamento ambiental, bem como dos planos nacional e estadual de mineração, a fim de contemplar a demanda popular e garantir a soberania dos povos tradicionais sobre seus territórios, fundamentos do Estado Democrático de Direito.

# Ensino a Distância cresce no país

Seminário do ANDES-SN discutiu a temática em dezembro

A ampliação do Ensino a Distância (EaD) no Brasil é alarmante. A modalidade cresce em ritmo mais acelerado que o ensino presencial e, hoje, acaba sendo opção para quase metade das pessoas que buscam por cursos de graduação. Medidas como essa, adotadas pelo governo federal, enfraquecem a oferta de cursos presenciais e abrem espaço para uma série de questionamentos sobre o futuro da educação no país.

A possibilidade das instituições de Ensino Superior ofertarem graduação e pós-graduação via EaD, sem a exigência do curso equivalente no modo presencial, além da criação de polos sem a obrigatoriedade de vistoria do Ministério da Educação (MEC), foram algumas das medidas autorizadas pelo presidente Michel Temer e pelo ministro Mendonça Filho, através do decreto 9.057/2017.

Anteriormente à nova regulamentação, a abertura de novos cursos acompanhava a liberação do MEC, que só autorizava se estivesse de acordo com as regulamentações previstas na lei. A partir de então, a oferta de pós-graduação lato sensu EaD fica autorizada para a instituições que obtêm o credenciamento EaD, sem necessidade de um credenciamento específico.

## Cenário é preocupante

De acordo com o MEC, pouco mais de um ano após a expedição do Decreto 9.057, houve crescimento de 133% (de 6.583 para 15.394) dos polos EaD no país. Dados mais recentes do Censo da Educação Superior, coletados em 2016 e publicados no segundo semestre de 2017, também apontam que mais de 18% das matrículas no ensino superior são em cursos a distância, alcançando a marca de 1.494.418 em 2016. Em 2006, o percentual de participação da modalidade era de apenas 4,2% do total de matrículas.

Um em cada cinco estudantes matriculados no ensino superior estuda a distância, de acordo com o Censo da Educação Superior divulgado em setembro de 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a educação a distância registrou o maior salto desde 2008.

Segundo os dados do censo, as matrículas em EaD cresceram 17,6% de 2016 para 2017. Os estudantes de educação a distância chegaram a quase 1,8 milhão em 2017 – o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o ensino superior. O número de cursos no país também aumentou, de 2016 para 2017, passando de 1.662 para 2.108, o que representa aumento de 26,8% – maior crescimento desde 2009, quando o país passou dos 647 cursos registrados até 2008 para 844 cursos.

## Dados dos cursos EaD na UFPel

Na UFPel, o Decreto 9.057 já demonstra resultados. Segundo o coordenador do Programas de Educação a Distância da UFPel (CPED), o professor doutor Edgar Avila Gandra, "o crescimento dos cursos EaD [na Universidade] desde 2017 foi expressivo em aproximadamente 40%". Atualmente, há quatro cursos a distância em andamento: três de graduação (Letras-Espanhol e licenciaturas em Matemática e Filosofia), além de uma especialização em Filosofia. Recentemente, a Universidade também obteve a aprovação para dar início à oferta de três cursos na modalidade a distância: licenciatura em História e especializações em Artes e Educação Física. São 1.900 alunos matriculados e 159 docentes e tutores envolvidos.

## Presidente eleito defende ampliação do ensino EaD

A ampliação do Ensino a Distância é também defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, que propôs, recentemente, durante a campanha para a Presidência da República, o aumento do Ensino a Distância no Brasil com o objetivo de reduzir os custos com a educação e "combater o marxismo". O então candidato disse que alguns pais já preferem educar e alfabetizar seus filhos em casa.

A medida soma-se a tantas outras que ferem a educação pública e afetam as camadas mais pobres e desfavorecidas da população. De acordo com dados divulgados pela 11ª edição da pesquisa TIC Domicílios, 49% dos domicílios brasileiros não possuem acesso à internet, sendo que as classes C e D/E são as mais afetadas, com 51% e 84%, respectivamente. Mesmo que o curso dispense o uso de internet, menos de 50% dos domicílios não possuem computador, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Mestrado e Doutorado a distância são regulamentados

Recentemente, mais um passo foi dado para o sucateamento da educação no Brasil. No dia 20 de dezembro, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) publicou uma portaria que regulamenta os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância. A iniciativa foi coordenada pelas diretorias de Educação a Distância e Avaliação.

Conforme a portaria, apenas instituições de ensino superior credenciadas no MEC poderão oferecer cursos stricto sensu, acadêmicos ou profissionais, que serão acompanhados e avaliados periodicamente pela Capes por e comissões de avaliação com especialistas em educação a distância. Ainda, conforme o texto, algumas atividades permanecerão presenciais, como estágios obrigatórios, seminários integrativos, atividades de laboratório, entre outras.

## Posicionamento do ANDES-SN

O ANDES-SN é contrário, há mais de uma década, à utilização do Ensino a Distância como formação inicial no ensino superior, sendo somente utilizada em alguns casos de formação continuada e especializações, porém não em sua totalidade. O aumento do EaD no país, de acordo com o Sindicato Nacional, afeta também os docentes, já que quanto mais EaD, menor é o número de professores nas instituições. E, ainda, parte dos professores que ministram aulas no EaD recebem apenas uma bolsa, sem necessidade de ingresso por concurso público, o que implica na perda da estabilidade e do plano de carreira.

A temática foi recentemente debatida no Seminário Nacional de EaD, organizado pelo ANDES-SN, nos dias 8 e 9 de dezembro, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que tratou de políticas públicas, financiamento, gestão, condições de trabalho e formação de professores no EaD. Pela ADUFPel-SSind participaram do evento a presidenta da Seção Sindical, Fabiane Tejada, a presidenta do Conselho de Representantes, Celeste Pereira, e o diretor Francisco Vitória. Segundo Celeste, o Seminário foi um importante espaço de aprendizado sobre o panorama nacional da criação de cursos EaD no país. Em relação às consequências do crescimento do ensino EaD no Brasil, destacou que o investimento é "assustador".

"O discurso de atender quem não tem acesso é falacioso. Impede a socialização, a organização e atenta contra as populações com maior dificuldade financeira, sem acesso às redes, com alimentação e demais condições de vida muito precárias. No ensino superior, a formação de professores através do EaD também é complicada. Não se trata aqui de discutir a qualidade dos profissionais, mas para que são formados", avaliou.

# Após pressão, governo municipal retira de pauta projeto que altera remuneração dos servidores

O Sindicato dos Municipários de Pelotas (Simp) esteve mobilizado durante o mês de dezembro para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei (PL), que implica em perdas salariais para a categoria docente e auxiliares de educação infantil. Em frente à Câmara de Vereadores, os servidores realizaram uma Assembleia Extraordinária, e, lotaram o plenário da Casa para acompanhar os desdobramentos.

Os pareceres sobre o Projeto estavam previstos para serem votados nas comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e de Orçamento e Finanças (COF) no dia 13. No entanto, com a perda de apoio e pressão do plenário, o líder do governo na Câmara, Fabrício Tavares (PSD), retirou de pauta o texto. Segundo Tavares, a medida foi tomada até que a Prefeitura disponibilize um simulador de contracheques aos servidores.

Para a presidenta do Simp, Tatiane Rodrigues, a decisão do vereador foi vista como uma manobra para desmobilizar os servidores, que defendem que o texto seja derrotado em votação, não apenas retirado. A partir de agora, a categoria irá manter-se mobilizada e atenta caso o Projeto seja novamente colocado em pauta.

**Projeto retira benefícios**

Assim como outras propostas implementadas a nível nacional, que retiram direitos dos trabalhadores e prejudicam os serviços públicos, a Prefeitura de Pelotas vem tentando aprovar mais um projeto de ajuste fiscal.

A minuta de Projeto de Lei apresentada em novembro pela Prefeitura, cujo objetivo é "a adequação da remuneração", busca constituir um novo Plano de Carreira para o Magistério, alterar o vencimento básico e modificar a forma de pagamento das vantagens conferidas aos demais servidores de nível superior. A prefeita Paula Mascarenhas (PSDB) utiliza-se do argumento de que os benefícios adquiridos pelos servidores gerariam um efeito "cascata" sobre os vencimentos.

O Simp, em uma análise preliminar, constatou que o Projeto "é demasiadamente amplo e confuso, haja vista que além de tratar sobre o novo Plano de Carreira do Magistério, no mesmo texto trata também de alterações para todos os servidores em geral de nível superior (Técnico Científicos), inclusive do SANEP".

Atualmente, o Magistério é o único segmento da categoria que possui Plano de Carreira próprio (Lei Municipal nº 3.198/89). Com o novo Plano, diversos benefícios serão retirados, como o pagamento da hora atividade de 20%. Além disso, haverá redução da gratificação de difícil acesso para 50% calculado sobre o vencimento básico, e não mais 100% sobre o piso nacional; o cargo de Auxiliar de Educação Infantil passará a integrar o quadro de pessoal estatutário, no Grupo de Serviços Gerais e Apoio; a hora-atividade será retirada e reduzidos os incentivos para qualificação - dados a quem tem formação superior à exigida pelo cargo -, de 59% para 35% (graduação) e de 70% para 42% (pós-graduação); a autonomia da comunidade para a escolha das equipes diretivas será retirada, passando a ser feita pela Prefeitura; entre outros.

**Com informações de Diário Popular e Assessoria de Imprensa Sinasefe IFSul*

## Extinção do Ministério do Trabalho representa retrocesso de mais de 80 anos

Entre tantas medidas anunciadas pelo presidente eleito, a extinção do Ministério do Trabalho surge como uma das mais duras. Após uma série de indecisões em relação ao futuro da pasta, Jair Bolsonaro (PSL) decidiu extinguí-la e dividir suas atribuições. A decisão foi anunciada pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro ministro chefe da Casa Civil, no início de dezembro.

Os ministérios da Cidadania, da Justiça e da Economia passarão a absorver as tarefas do Ministério do Trabalho. O da Cidadania, que será comandado pelo deputado Osmar Terra (MDB-RS), ficará responsável pela área de geração de empregos e renda e pela economia solidária. A pasta da Economia, que será comandada por Paulo Guedes, cuidará do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dos Auditores Fiscais do Trabalho. Já o Ministério da Segurança e Justiça, a cargo de Sérgio Moro, ficará responsável pela liberação de cartas sindicais.

A decisão foi criticada pelo atual ministro, Vieira Mello, que afirmou ser incompatível com a Constituição. A extinção afronta a Carta Magna brasileira, a qual assegura a empregados e empregadores a participação em colegiados dos órgãos públicos para debater e deliberar sobre temas de seu interesse.

**Medida deixa trabalhadores mais vulneráveis**

O Ministério do Trabalho foi criado em 26 de novembro de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. O "ministério da Revolução", como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta, surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura. Seu principal papel é buscar garantir condições minimamente saudáveis e seguras; combater o trabalho forçado e evitar formas de trabalho degradantes.

Em um país onde há mais de 12 milhões de desempregados, a extinção do Ministério do Trabalho, além de representar um retrocesso de mais de 80 anos, deixa vulnerável o trabalhador brasileiro, já que, historicamente, a pasta cumpre um papel indispensável no amparo e cumprimento da lei trabalhista, Além disso, permitirá um maior desequilíbrio entre empregado e empregador, somando-se às alterações aprovadas na Contrarreforma Trabalhista, que permitem maior flexibilização das relações.

# 38° congresso andes-sn

**POR DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SERVIÇOS PÚBLICOS: EM DEFESA DO TRABALHO E DA CARREIRA DOCENTE, PELA REVOGAÇÃO DA EC/95**

## 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2019
## Belém - PA

Adufpa 40 anos

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS